

**O livro e as distopias:  
o futuro do livro na contemporaneidade – Fahrenheit 451 e os recados de Ray  
Bradbury e François Truffaut e de outros artistas**

*The book and the dystopias:  
the future of the book in the contemporary world – Fahrenheit 451 and the messages  
of Ray Bradbury and François Truffaut and other artists*

Pedro Paulo Giudice de MENEZES<sup>1</sup>  
Jorge Lucio de CAMPOS<sup>2</sup>

## **Resumo**

Este artigo se propõe a discutir o objeto livro na contemporaneidade e sua sobrevivência que é também a sobrevivência da cultura, da arte e da civilização contra a barbárie da crise do capitalismo. Usaremos como objetos de estudo livros e filmes que retratam o fim do livro em distopias de ficção científica, principalmente o romance Fahrenheit 451, escrito por Ray Bradbury e adaptado para o cinema por François Truffaut.

**Palavras-chave:** Livros. Cinema. Distopias. Contemporaneidade. Crise. Design editorial.

## **Abstract**

This article proposes to discuss the object book in the contemporaneity. Its survival is also the survival of culture, art and civilization against the barbarism of the crisis of capitalism. We will use as objects of study books and films that portray the end of the book in dystopias of science fiction, mainly the novel Fahrenheit 451, written by Ray Bradbury and adapted for the cinema by François Truffaut.

**Keywords:** Books. Movies. Dystopias. Contemporaneity. Crisis. Editorial design.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Design da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: pedropmenezes@gmail.com

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Comunicação e Cultura (História dos Sistemas de Pensamento), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em Design da ESDI/UERJ. E-mail: jorgeluciocampos@gmail.com

## Introdução

Este artigo se propõe a discutir o livro na contemporaneidade e sua sobrevivência que é também a sobrevivência da cultura, da arte e da civilização contra a barbárie da crise do capitalismo. Para tanto, também usaremos como objeto de estudo o cinema, ou melhor, um filme ele próprio baseado em um livro – no caso, o romance *Fahrenheit 451* do escritor estadunidense Ray Bradbury (1920-2012) – dirigido, em 1966, pelo cineasta francês François Truffaut (1932-1984) e que retrata o fim do livro numa distopia de ficção científica.

O seu ponto de partida é o objeto livro. Por isso achamos importante iniciá-lo, trazendo um pouco da história e da evolução deste último até os dias atuais.

## O livro: definição e pequeno histórico

O *Dicionário Houaiss* define o termo “livro” como: 1) Uma coleção de folhas de papel, impressas ou não, cortadas, dobradas e reunidas em cadernos cujos dorsos são unidos por meio de cola, costura, etc., formando um volume que se recobre com uma capa resistente; e 2) Uma obra de cunho literário, artístico, científico, etc. que constitui um volume [Para fins de documentação, é uma publicação não periódica com mais de 48 páginas, *além da capa.*].

Já o *Concise Oxford Dictionary* nos apresenta duas possibilidades de definição: 1) Tratado portátil manuscrito ou impresso que preenche uma série de folhas encadernadas, vinculadas uma às outras; e 2) Composição literária que preencha um conjunto de folhas.

Na letra da música “Livros”, o cantor e compositor brasileiro Caetano Veloso fala do livro nestes termos:

Os livros são objetos transcendentais, mas podemos amá-los do amor tátil que votamos aos maços de cigarro. Domá-los, cultivá-los em aquários, em estantes, gaiolas, em fogueiras ou lançá-los pra fora das janelas (talvez isso nos livre de lançarmo-nos) ou – o que é muito pior – por odiarmo-los Podemos simplesmente escrever um, encher de vãs palavras muitas páginas e de mais confusão as prateleiras.

O livro é uma das invenções mais úteis, versáteis e duradouras da história. Há mais de 2.500 anos, a humanidade o usa para registrar, administrar, venerar e educar. Ele foi igualmente a base das religiões e a fonte do poder político.

É impossível imaginar alguns dos momentos mais importantes da história sem a presença dele. O renascimento, a reforma, o iluminismo e a revolução científica se valeram da palavra impressa para a sua difusão.

Hoje, porém, o livro perdeu um pouco de sua aura mágica e se tornou um objeto de consumo. E passamos agora, no século XXI, pela revolução digital que poderá torná-lo obsoleto. Mas o livro passou por diversas revoluções antes dela e a cada uma se reinventou e aumentou seu poder e seu alcance.

Das duas, uma: ou o livro permanecerá o suporte da leitura, ou existirá alguma coisa similar ao que o livro nunca deixou de ser, mesmo antes da invenção da tipografia. O livro é como a colher, o martelo, a roda, a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados (ECO, p. 16).

A primeira revolução do livro foi a invenção do *códice*, originário do mundo cristão dos séculos II e III, quando o livro deixou de ser um rolo ou um *volumen* e tornou-se uma coleção de folhas individuais unidas entre si. O *códice* revolucionou o conceito de livro e nos deu uma nova forma material que perdura até o tempo presente. Ele estabeleceu o começo e o fim, além de permitir a indexação e, portanto, que se encontrassem mais facilmente as referências. Além disso, ao contrário do rolo, que tinha que ser seguro com as duas mãos, o *códice* liberou o leitor para fazer anotações. Ainda assim, o rolo persistiu por séculos.

Outra revolução do livro foi a lenta transição da leitura oral para a leitura silenciosa que aconteceu na passagem da antiguidade para a idade média, quando os monges começaram a adotar a leitura silenciosa como uma prática de devoção. Com isso, os textos, antes produzidos em uma escrita ininterrupta, começaram a ganhar uma pontuação rudimentar e espaços entre as palavras para facilitar a leitura silenciosa individual. Junto com a pontuação, apareceram igualmente no período carolíngio as letras minúsculas.

Outra mudança do objeto livro foi o papel que veio a substituir o papiro, o pergaminho e o velino, a partir do século XII, quando foi introduzido pelos árabes (que

aprenderam a técnica chinesa de fabricá-lo, a partir do século VIII) na Espanha islâmica.

O ano de 1440 marcou a data da seguinte revolução do livro. Em Meinz (Mongúcia) Johannes Gutenberg (1490-1468) introduziu os tipos móveis para a produção de livros. Ela foi uma resposta ao crescimento da procura por livros devido à ascensão das cidades e dos centros comerciais e à difusão das universidades e da erudição humanística entre as elites seculares e religiosas do século XV.

Figura 1: Os tipos móveis



Fonte: Google imagens

Figura 2: Bíblia de Gutemberg (ou Bíblia de 42 linhas)



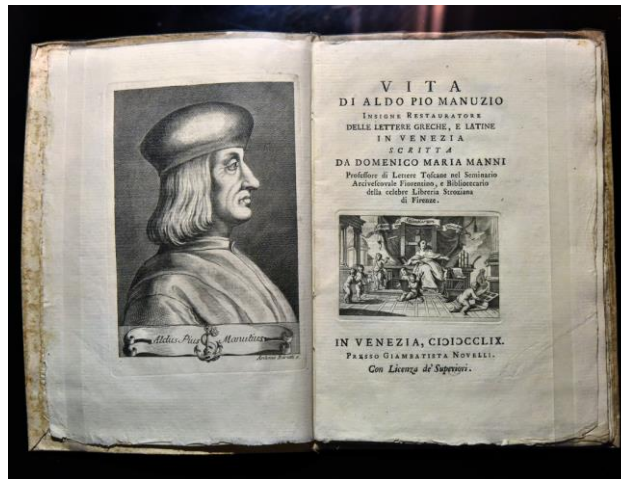
Fonte: Google imagens

No seu período inicial, os livros impressos ainda eram muito parecidos com os manuscritos. Porém, com o tempo, uma nova tipografia baseada nos tipos romanos se desenvolveu (os primeiros livros eram impressos em tipos góticos) e a página impressa

tomou a forma que conhecemos. Foram os leitores e os editores renascentistas que ajudaram a modernizá-los. Surgiu o formato *in-oitavo*, portátil e mais fácil de carregar e, igualmente, as fontes itálicas.

Aldo Manutio (1449-1515) é o grande nome desse período. Veneziano, ele foi responsável não só pelo formato *in-oitavo* (nos seus “clássicos aldinos”, produzidos pela primeira vez entre 1501 e 1502) como pela introdução das fontes itálicas que encomendou ao tipógrafo bolonhês Francesco Griffo (1450-1518).

Figura 3: Frontispício de livro impresso por Aldo Manutio

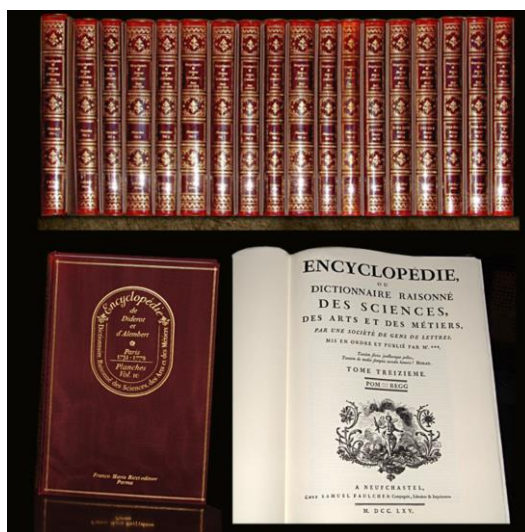


Fonte: Google imagens

Para entender a dimensão da revolução causada pela introdução da imprensa e dos tipos móveis, basta ver os números em 1500: só na Europa já se contavam mais de 1.000 impressores, 35 mil títulos e 12 milhões de livros impressos.

O iluminismo é outro grande momento revolucionário para o objeto livro. O século XVIII foi um século francês. A “era da razão” foi um período marcado por uma grande expansão na produção de livros.

Figura 4: A *Encyclopédie* de Denis Diderot e Jean d’Alembert



Fonte: Google imagens

Uma das maiores operações editoriais do século XVIII foi a *Encyclopédie* de Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond d’Alembert (1717-1783) que começou a ser publicada a partir de 1751 e, durante duas décadas, envolveu milhares de autores, impressores e compositores. Mais de uma centena de intelectuais de toda a Europa contribuíram para ela com artigos, entre eles Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Voltaire (1694-1778). O próprio Diderot escreveu mais de cinco mil artigos. O resultado do trabalho foram dezessete volumes em fôlio, juntamente com onze volumes de gravuras.

Mais que uma enciclopédia, ela representou um manifesto a favor do pensamento racional e da crítica social no iluminismo. O seu grande objetivo era disseminar o conhecimento sobre as invenções científicas e as artes práticas. Além disso, atacou a tradição e chegou a questionar a Bíblia. Em 1752, após a publicação do seu segundo volume, a monarquia francesa tentou proibir, sem sucesso, a sua publicação. Foram vendidas mais de quatro mil cópias da primeira edição e depois surgiram edições mais baratas em formatos menores (inicialmente in-quarto em trinta e seis volumes e, posteriormente, in-oitavo em trinta e nove) que a popularizaram ainda mais. Estima-se que só no século XVIII foram vendidas cerca de vinte e cinco cópias em todos os centros urbanos da Europa.

O final do séc. XVIII também testemunhou a chamada “revolução da leitura” com a explosão da literatura recreativa (baseada em romances sentimentais e na literatura popular) e a expansão da imprensa periódica. E o mercado de livros experimentava uma explosão em vários gêneros.

A arte do livro, aproveitando esse momento, se modernizou: vimos a mecanização da imprensa, novos projetos tipográficos mais dinâmicos com tipógrafos como John Baskerville (1706-1775) e William Caslon (1692-1766) se destacando, novos papéis e ainda novos tipos de encadernação. O ofício do livro se desenvolveu em um modelo de negócios moderno tal como é conhecido até hoje por nós – com o surgimento das primeiras leis de *royalties/copyrights*.

Além disso, surgiu no século IX a figura do editor moderno que tinha que possuir um conhecimento especializado do mercado, administrar os autores, contratos, decidir os preços, os formatos, a qualidade do papel e coordenar as redes de distribuição. Vimos também a ascensão das livrarias – com o aumento de sua densidade em toda a Europa ocidental. Na Alemanha, por exemplo, havia uma livraria para cada dez mil pessoas em 1895 e ocorreu um aumento do número de bibliotecas públicas, circulantes e de empréstimo, graças ao crescente alfabetismo.

Já a primeira metade do século XX foi um período sombrio na história mundial e bastante atribulado na história do livro. As duas guerras, a depressão econômica, a escassez de papel e elevação dos custos da mão de obra impediram que se repetisse a explosão de fins do século XIX. Foi um século marcado por genocídios, durante os quais morreram milhões de pessoas, e pela ocorrência de brutais tentativas de eliminar a história e a cultura, tal como corporificadas em livros e bibliotecas.

Figura 5: Memorial à Queima de Livros de 1933 (Bebelplatz, Berlim)



Fonte: Google imagens

Ao longo desses tempos difíceis e complicados, leitores desenvolveram uma intensa procura por uma ficção escapista. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a produção de livros se recuperou, a popularidade dos “clubes do livro” aumentou e a moderna indústria do livro se configurou tanto no Ocidente quanto no Oriente.

Com a Guerra Fria e as novas configurações do pós-guerra, junto com o avanço científico e a ameaça nuclear, vimos se popularizar a literatura distópica de ficção científica que depois será adaptada para o cinema.

E, com o fim do século XX, a revolução digital se revelou tão impactante quanto a invenção da imprensa de Gutenberg. Os computadores promoveram uma completa transformação na forma como transmitimos, consumimos e interagimos com os textos e com a informação. Com a internet, hoje temos em nossas mãos uma quantidade sem precedente de conhecimento, criando novas possibilidades e desafios para os autores e os editores.

Vimos no começo do século XXI o aparecimento dos dispositivos eletrônicos de leitura: em 2007, surgiu o Kindle e, em 2010, o iPad. A partir daí, vimos também muitas teses vaticinando o fim do livro.



Figura 6: Capas das revistas *Época* e *Newsweek* (2007)



Fonte: Google imagens

Não só a revolução digital vendeu a tese do fim do livro. A história quis acabar com o livro em diversos momentos. A igreja católica censurou e ainda censura livros. No iluminismo, livros foram censurados e proibidos. Nazistas queimaram livros na década de 1930. Comunistas queimaram livros. Americanos censuraram livros durante a vigência do macarthismo. A Biblioteca Nacional de Sarajevo foi bombardeada pela Sérvia em 1992, numa tentativa de destruir a herança cultural da Bósnia. O mercado queima livros que não vendem. Aqui no Brasil, Jair Bolsonaro, antes mesmo de assumir a presidência do Brasil em 2019, condenou os livros. Distopias abordam o tema do fim do livro. O cinema de ficção científica também.

Figura 7: Lista de publicações proibidas pela igreja católica



Fonte: Google imagens

## Utopia e distopia em Fahrenheit 451: o livro e o filme

A palavra *utopia* vem do grego *u-topos* – “lugar nenhum” –, mas o prefixo negativo *u* é a condição implícita de outro prefixo grego mais positivo – *eu* – que indica nobreza, justiça, abundância. Deste modo, utopia também significa *eutopia* – “lugar feliz”.

Utopia, esclarecimento, iluminismo, razão, progresso: é difícil não encadear esses conceitos. Depois de dois séculos, as luzes passaram mais a ofuscar do que a iluminar. O século XVI foi pai das utopias. Já o século XX foi o das distopias.

Etimologicamente, a palavra *distopia* é formada pelo prefixo *dis* (“doente”, “anormal”, “dificuldade ou mau funcionamento”) e a palavra *topos* (“lugar”). Em um sentido literal, significa a forma distorcida de um lugar, um curso anormal e inesperado dos acontecimentos que compõem uma forma social determinada.

Uma distopia não é o contrário de uma utopia, não se configurando como uma *antiutopia*. A narrativa distópica é antiautoritária, insubmissa e radicalmente crítica. As distopias contêm um pessimismo ativo.

A distopia se configura, a partir do prisma da teoria crítica da sociedade, como uma ferramenta de análise radical da modernidade, fornecendo elementos para pensar

criticamente a contemporaneidade, especialmente a partir da segunda metade do século XX e o início do XXI.

O romance e depois o cinema distópico podem ser entendidos como “avisos de emergência” (HILÁRIO, 2008) que buscam chamar a nossa atenção para que acontecimentos perigosos sejam controlados e seus efeitos, embora já em curso, inibidos.

Nas distopias associadas à ficção científica tem-se, como diz Max Horkheimer (1983): “uma imagem do futuro, surgida da compreensão profunda do presente”.

*Fahrenheit 451* é um romance distópico de ficção científica, escrito por Ray Bradbury (1920-2012) e publicado pela primeira vez em 1953. O seu conceito inicial se deu em 1947 com o conto "Bright Phoenix" (que só seria publicado na revista *The Magazine of Fantasy & Science Fiction*, em 1963), reformulado por Bradbury na novela *The fireman* e publicada na edição de fevereiro de 1951 da revista *Galaxy Science Fiction*. Esta também teve seus capítulos publicados entre março e maio de 1954 em edições da revista *Playboy*.

Escrito nos anos iniciais da Guerra Fria, o livro é uma crítica ao que Bradbury viu como uma crescente e disfuncional sociedade norte-americana. Trata-se de uma típica história de “despertamento”, de uma distopia concebida em torno da ideia de um despotismo tecnicista.

Há nele a emergência e a consolidação de uma *Zivillisation* sem *Kultur*, isto é, de uma conjuntura na qual a cultura – os valores e o código moral, por exemplo – existe hegemonicamente em função do imperativo da manutenção a todo custo de um modelo de civilização.

O romance apresenta um futuro no qual todos os livros são proibidos, as opiniões próprias são consideradas antissociais e hedonistas, e o pensamento crítico é suprimido. O personagem central, Guy Montag, trabalha como um "bombeiro" (o que na história significa um "incinerador de livro"). O número 451 é a temperatura (em graus Fahrenheit) da queima do papel, equivalente a 233 graus Celsius.

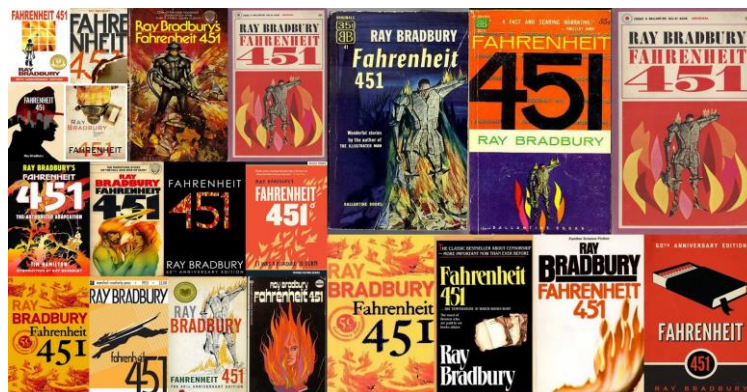
Em *Fahrenheit 451* a sociedade opta antes por excluir os livros do que lhes dar o devido acesso e assim contribuir para o aperfeiçoamento da cultura. Esta instância de produção de sujeitos emancipados está submetida, enfim, aos mecanismos de regulação social.

Além da proibição dos livros, a sociedade retratada na distopia de Bradbury (e, posteriormente, no filme homônimo dirigido por Truffaut) mostra, com uma surpreendente e profética antecipação, a aproximação do pensamento à tristeza e do não pensamento à alegria. Os diversos programas televisivos da história se apoiam em perguntas simplórias que geram nos personagens uma felicidade intensa, ao contrário dos raciocínios complexos presentes em boa parte dos livros que terminam por produzir frustração nos possíveis leitores que se sentem por isso piores.

Através dos anos, o romance foi submetido a várias interpretações primeiramente focadas na queima de livros pela supressão das ideias dissidentes. Bradbury, porém, declarou que o verdadeiro foco de *Fahrenheit 451* não era a censura, mas a maneira pela qual o advento e a popularização da televisão destruiriam o interesse pela leitura.

O autor conta que todo o romance foi escrito nos porões da biblioteca Powell, na Universidade da Califórnia, em uma máquina de escrever alugada. Sua intenção original, ao escrevê-lo, era mostrar o seu grande amor pelos livros e pelas bibliotecas e frequentemente se refere a Montag como uma alusão a ele próprio.

Figura 8: Diferentes capas do livro *Fahrenheit 451*



Fonte: Google imagens

O cineasta francês François Truffaut (1932-1984), fundador da *Nouvelle Vague*, foi um dos maiores ícones da história do cinema do século XX. Em quase 25 anos de carreira dirigiu 26 filmes, entre eles a adaptação de romance de Bradbury em 1966. Foi também roteirista e ator. *Fahrenheit 451*, cujo roteiro foi escrito em conjunto com Jean-

Louis Richard, foi o seu único filme em inglês e um grande sucesso de público e de crítica.

Figura 9: Fotograma do filme *Fahrenheit 451*



Fonte: Google imagens

Ilustração 10: Fotograma do filme *Fahrenheit*



451

Fonte: Google imagens

Figura 11: Cartaz do filme *Fahrenheit 451*



Fonte: Google imagens

## Considerações finais

A pós-modernidade traz o dilema do fim do livro. Muitos dizem que o Kindle vai matar o livro, que a Amazon vai matar o livro impresso. O Paulo Coelho afirmou que o Kindle seria o último livro que você iria comprar. Ao mesmo tempo, nunca foram publicados tantos livros. A Amazon nunca vendeu tantos livros impressos. No Brasil foram vendidos 24,17 milhões de livros entre julho de 2017 e julho de 2018. São mais de 140.000 títulos novos por ano. O preço médio do livro no Brasil é de R\$ 40,00, sendo que 44% da população brasileira não lê e 30% dela nunca comprou um livro. O brasileiro lê em média 2,43 livros por ano. Já nos EUA foram vendidos 678,3 milhões de livros impressos em 2017.

Podemos identificar então as distopias na ficção, seja na literatura como no cinema, como instrumentos de reflexão acerca dos “efeitos de barbárie” que nos cercam na contemporaneidade. Mattéi (2002, p. 13) compreende estes efeitos como a perda do sentido no campo da cultura, da política, da arte e da educação. De acordo com ele,

existe um efeito de barbárie toda vez que uma ação, uma produção ou uma instituição não elabora mais sentido, mas o consome ou destrói.

Já os efeitos civilizatórios, ou de cultura, seriam aqueles em que o sentido é resgatado, mantido, construído, transmitido e reconstruído – vide o final de *Fahrenheit 451*, quando vemos as pessoas-livro resgatando, mantendo, reconstruindo e transmitindo os seus conteúdos.

A possibilidade de pensar criticamente acerca de nossa barbárie é aberta, então, exatamente pelas distopias que revelam como o nosso mundo é inteiramente sujeito aos sistemas vigentes.

Vemos isso igualmente em outras distopias do cinema como o filme *The day after tomorrow* (dirigido por Roland Emmerich em 2004) no qual o dilema de um dos personagens é salvar da destruição a Bíblia de Gutenberg (como um símbolo da cultura). Jules Verne escreve sobre a sua biblioteca do *Nautilus*. Nos filmes *Nineteen eighty-four* (dirigido por Michael Radford em 1984) e em *Equilibrium* (dirigido por Kurt Wimmer em 2002) não há livros. *The book of Eli* (dirigido por Albert e Allen Hughes em 2010) trata igualmente da sobrevivência de um livro, no caso também a Bíblia.

Além disso, os livros abrem caminhos para as heterotopias. (gr. *hetero* = “outro” + gr. *topia* = “espaço”), um conceito da geografia humana, reelaborado por Michel Foucault (1926-1984), que descreve lugares e espaços que funcionam em condições não hegemônicas, espaços de alteridade que têm múltiplas camadas de significação ou de relações com outros lugares e cuja complexidade não pode ser apreendida imediatamente.

## Referências

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CARDOSO, Rafael. (Org.) **O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

CARRIÈRE, Jean C. e ECO, Umberto. **Não contem com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo. Editora Unesp /Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ECO, Umberto. **A memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ESCOREL, Ana L. Brochura brasileira: **Objeto sem projeto**. Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília: INL, 1974.

HALLEWELL, Lawrence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

HASLAM, Andrew. **O livro e o designer II: como criar e produzir livros**. São Paulo: Rosari, 2007.

HENDEL, Richard. **O design do livro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

LINDEN, Sophie Van der. **Para ler o livro ilustrado**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

LYONS, Martyn. **Livro: uma história viva**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

MARTINS FILHO, Plinio (org.) et al. **Livros, editoras & projetos**. São Paulo: Ateliê, 1997.

MATTÉI, Jean-F. **A barbárie interior: ensaio sobre o i-mundo moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MELLO, Chico Homem (Org). **O design gráfico brasileiro: anos 60**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

MELLO, Chico Homem; RAMOS, Elaine. **Linha do tempo do design gráfico no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.